

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA
JURÍDICAS**

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

S678

Sociologia, antropologia e cultura jurídicas [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Leonel Severo Rocha; Thais Janaina Wenczenovicz; Wellington Oliveira de Souza dos Anjos Costa. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-130-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Sociologia. 3. Antropologia e cultura jurídicas. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS

Apresentação

O presente Grupo de Trabalho intitula-se SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E CULTURA JURÍDICAS I e possui 16 artigos. Dentre as múltiplas temáticas, os autores dos artigos dialogaram com coletivos sociais diversificados, temas e metodologias variadas que compreendem a dinâmica interpretativa entrelaçada a Antropologia, Cultura Jurídica e Sociologia.

O primeiro nominado A FLUIDEZ DOS RELACIONAMENTOS NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA COMO (UMA POSSÍVEL) CONSEQUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO com autoria de Diógenes Vicente Hassan Ribeiro e Susandra Dorneles Vargas pretende analisar a fluidez dos relacionamentos na sociedade pós-moderna como (uma possível) consequência da globalização. Os relacionamentos acabam por ser marcados por incertezas e pelo fim precocemente previsto, já que a velocidade quotidiana impede que haja tempo de concretizar um relacionamento de cunho amoroso. Para tanto, buscar-se-á demonstrar de que forma o fenômeno da globalização na sociedade líquido-moderna acarreta a liquidez dos relacionamentos. A vida líquida se trata de uma forma de vida que seguirá adiante. Isso porque, por líquido-moderna se entende uma sociedade onde as condições pelas quais os seus membros agem, as mudanças ocorrem num lapso temporal mais curto que o necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A metodologia utilizada é de abordagem indutiva com a técnica da revisão bibliográfica. Conclui-se que a globalização atrelada às novas tecnologias facilita a vida dos seres humanos, rompendo com a noção de distância, entretanto, acaba por fragilizar os laços humanos em uma sociedade que se mostra cada vez mais individualista e volátil.

entre indivíduos “desacreditados” (com deficiências visíveis) e “desacreditáveis” (com deficiências ocultas), destacando os conflitos vividos por aqueles que oscilam entre ocultar sua condição ou revelá-la diante do medo do julgamento. O Estatuto, nesse contexto, representa uma tentativa legal e simbólica de desconstruir tais estigmas, promovendo uma nova percepção da deficiência como uma característica entre outras — não como uma falha pessoal. Inspirado na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Estatuto adota o modelo social da deficiência e propõe uma abordagem biopsicossocial para sua avaliação. Garante ainda direitos fundamentais como igualdade de oportunidades, acessibilidade, autonomia e dignidade. Ao combater práticas discriminatórias e prever sanções legais, a LBI se apresenta como uma resposta normativa à estigmatização. Mais que uma norma jurídica, o Estatuto torna-se um instrumento de transformação social, reafirmando o valor da diversidade humana e propondo um novo olhar sobre as relações entre normalidade, diferença e inclusão.

Na sequência o artigo A PROBLEMÁTICA DA DOMINAÇÃO DA MÍDIA SOBRE A POPULAÇÃO E SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES com autoria de Anderson Filipini Ribeiro , Lisandra Bruna Da Silva Porto e José Alexandre Ricciardi Sbizzera aborda a influência dominante da mídia na sociedade contemporânea, destacando como os meios de comunicação exercem controle sobre a população por meio da manipulação da informação. Essa dominação ocorre pela concentração midiática nas mãos de poucos grupos econômicos, que moldam a opinião pública de acordo com seus próprios interesses. A mídia, nesse contexto, age como um instrumento de poder, afetando diretamente a formação do pensamento crítico e limitando o acesso a diferentes visões de mundo. Os autores destacam que a manipulação midiática se dá por meio da seleção de conteúdos, da repetição de discursos hegemônicos e da omissão de informações relevantes, o que contribui para a alienação da população. Esse cenário é agravado pela falta de educação midiática e pela passividade dos cidadãos diante das mensagens veiculadas. Como possíveis soluções, o texto propõe a democratização da mídia, com a criação de mecanismos de regulação que evitem a concentração de poder nas mãos de poucos. Sugere também a valorização da mídia

E AS NOVAS dialoga como a biopolítica esteve intimamente relacionada à centralidade do Estado, sendo este o principal ator desses mecanismos de controle. No entanto, com o surgimento do big data e a manipulação de dados sensíveis, a biopolítica está sendo operada por empresas privadas transnacionais. Esse artigo objetiva a analisar os mecanismos biopolíticos de controle e manipulação da sociedade, por meios dos dispositivos do corpo (disciplinas) e normalização. A pesquisa consiste no estudo bibliográfico de cunho qualitativo com elaboração de revisão bibliográfica, tendo como meios de fundamentação teórica artigos científicos e livros do Michel Foucault. Assim sendo, a questão central desta pesquisa é entender a manipulação de dados sensíveis como uma nova forma de controle biopolítico exercido não só pelo Estado e suas instituições oficiais, mas também por organizações empresariais transnacionais privadas e como essas formas biopolíticas de manipulação afetam direitos fundamentais. O estudo indicou que estes mecanismos não se operam mais com sua centralidade restrita ao Estado; atualmente, manifestam-se por meio das plataformas digitais pertencentes a empresas privadas transnacionais, principalmente com aquelas que trabalham com dados.

Na sequência, COSMOTÉCNICA COMO COSMOPOLÍTICA – O CASO DA INVASÃO DOS PATINETES ELÉTRICOS NO LITORAL CATARINENSE redigido por Rodolfo Soares Bueno e Zulmar Antonio Fachin assenta-se nos estudos do renomado Yuk Hui, filósofo, nascido em Hong Kong, conhecido por suas reflexões sobre tecnologia, cultura e filosofia contemporânea que explora questões sobre como diferentes culturas se relacionam com a tecnologia, e como isso influencia suas visões de mundo. Hui defende a ideia de tecnodiversidade, conceito que sugere que a tecnologia não deve ser vista como um sistema universal, mas sim como algo que varia e se adapta de acordo com contextos culturais específicos. Assim surge a cosmotécnica – ideia de que não há uma tecnologia universal – como base de uma cosmopolítica – uma política pluralista que reconhece e respeita as diferentes cosmovisões e práticas tecnológicas. No litoral catarinense, recentemente surgiu um novo modelo de negócio, em que empresas disponibilizam patinetes elétricos para aluguel. Ocorre que esses patinetes ficam à disposição da população nas calçadas e em

O artigo denominado DIREITO À EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E POVOS INDÍGENAS: ANALFABETISMO, DESIGUALDADES E EVASÃO ESCOLAR de Thais Janaina Wenczenovicz , Rodrigo Espiúca dos Anjos Siqueira e Orides Mezzaroba analisa o direito humano fundamental social à educação intercultural no Brasil, com foco nos povos indígenas após a Constituição de 1988. Inicialmente, discute o arcabouço legal que garante a educação diferenciada e bilíngue, destacando a importância do respeito à diversidade étnica, cultural e linguística. Utilizando metodologia bibliográfica e análise de dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, o estudo revela que, embora haja avanços na alfabetização, persistem desigualdades significativas entre indígenas e a população geral. O artigo evidencia que a taxa de analfabetismo entre indígenas (15,1%) é mais que o dobro da média nacional (7,0%), refletindo desafios históricos, sociais e estruturais. Ressalta-se o papel do território na transmissão de saberes e na afirmação identitária, bem como a necessidade de políticas públicas que promovam a formação continuada de professores, adaptação curricular e envolvimento comunitário. O texto também discute experiências exitosas de mediação cultural nas escolas indígenas, destacando a centralidade do protagonismo comunitário. Por fim, o artigo conclui que a efetivação do direito à educação intercultural é indispensável para a justiça social e a valorização da diversidade, sendo fundamental para o combate ao analfabetismo, à evasão escolar e às desigualdades educacionais enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil.

NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO da autora Brunna Kirnev Wichoski tem por objetivo analisar o neoliberalismo e suas implicações na aplicação dos direitos fundamentais, especialmente na concretização dos direitos fundamentais sociais. A pesquisa será desenvolvida com base no método dedutivo, utilizando-se da revisão bibliográfica. Assim, após breve análise conceitual e histórica do pensamento neoliberal e do princípio da liberdade econômica, o neoliberalismo será analisado no contexto de uma sociedade de controle, despolitizada e modulada por meio da constante exortação moral de valores neoliberais como a livre iniciativa, a independência em

RESTAURATIVA – UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL PARA UMA CULTURA JURÍDICA ANTICAPACISTISTA das autoras Daniela Albuquerque Griner , Mayara de Carvalho Araújo busca refletir sobre possibilidades e instrumentos para garantir às pessoas com deficiência a vida plena, sem barreiras ou impeditivos. Em que pesem os avanços legislativos, ainda há pouca conexão entre pessoas com e sem deficiência, gerando desconhecimento e perpetuando preconceitos. O silenciamento consolidou a estratificação destas pessoas em um lugar de invisibilidade. As autoras levantam perspectivas do ordenamento jurídico brasileiro em relação à pessoa com deficiência e abordam as origens da Lei Brasileira de Inclusão, sua inspiração e conquistas. A mudança de paradigma que estabelece caber à sociedade a responsabilidade por remover os obstáculos para a vida plena de pessoa com deficiência encontra na Justiça Restaurativa arcabouço fundamental. Com forte vertente pedagógica e voltada ao cuidado, relações, assunção de responsabilidade e composição de danos, é capaz de oferecer caminhos e soluções individualizadas para um grupo diverso em suas demandas e características, além de contribuir para o letramento anticapacitista da sociedade sobre o tema.

OS DANOS COLATERAIS NA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES E A APOROFOBIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (2020-2024): UMA BREVE ANÁLISE DA INTERSECÇÃO ENTRE O PENSAMENTO DE ZYGMUNT BAUMAN E ADELA CORTINA comporta a escrita de Elias Guilherme Trevisol e Reginaldo de Souza Vieira e possui como tema a aporofobia e os danos colaterais na sociedade de consumidores. Busca-se responder como as reflexões de Adela Cortina e Zygmunt Bauman podem se interseccionar para explicar os danos colaterais na sociedade de consumidores e a aporofobia no Brasil contemporâneo (2020-2024)? Para tanto, a investigação contará com o objetivo geral de analisar os conceitos de danos colaterais na sociedade de consumo para Bauman e a aporofobia para Cortina, interseccionando-se as categorias para uma compreensão mais densa sobre a realidade social brasileira contemporânea. O trabalho terá dois objetivos específicos: i) Especificar a invisibilidade das pessoas em situação de pobreza no Brasil dos anos de 2020 a 2024 e; (ii) Descrever e definir os danos colaterais na sociedade de consumidores. Como

até a conclusão. Já a técnica de pesquisa desenvolver-se-á através da coleta de documentação indireta, livros e artigos que permeiam a centralidade das obras de ambos os autores, Bauman e Cortina.

Em prosseguimento o artigo OS MENINOS QUE ODEIAM AS MULHERES: UMA ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DA SÉRIE “ADOLESCÊNCIA” E DA “IDEOLOGIA INCEL” das autoras

Bruna de Oliveira Andrade , Juliana Luiza Mazaro e Joice Graciele Nielsson analisa a influência da ideologia "incel" no aumento da violência de gênero contra adolescentes, usando a minissérie "Adolescência" como cenário para a análise do tema. O objetivo é compreender como essa ideologia potencializa a violência contra às mulheres e propor o feminismo pós-estruturalista como base para políticas de combate à misoginia. O estudo explora a representação da adolescência na série, identificando elementos "incel" e como a crise identitária, redes sociais e discursos misóginos contribuem para a violência. Examina a interseção entre direitos humanos, gênero e misoginia, analisando a violência contra a mulher como violação de direitos e avaliando a eficácia dos mecanismos jurídicos. Aborda o feminismo pós-estruturalista como ferramenta para combater a ideologia "incel", desconstruindo discursos e estereótipos. Constata-se que, que a transformação do desejo em ódio é comum na ideologia "incel", mas não inevitável. A análise evidencia que a efetivação dos direitos das mulheres e dos direitos humanos depende do reconhecimento e da efetivação da igualdade de gêneros. Por fim, aponta-se a necessidade de implementação de programas fundamentados no feminismo pós-estruturalista para o enfrentamento da misoginia. A metodologia é uma análise sócio-jurídica da série, combinada com revisão bibliográfica sobre violência de gênero, ideologia "incel" e feminismo pós-estruturalista.

Sob autoria de Adriana Silva Tanisue e com o título PENSAMENTO PERIFÉRICO, CONTRATO RACIAL E SEXUAL: DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS o trabalho aborda o conceito de pensamento periférico, explorando

desigualdades estruturais. Por fim, argumenta que é fundamental que as políticas públicas enfrentem as estruturas de poder dominantes, com foco na construção de um mundo mais inclusivo e igualitário, que reconheça as diversas dimensões das desigualdades sociais.

O artigo nominado PLURALISMO JURÍDICO E NORMAS CULTURAIS: REFLEXÕES SOBRE A PROTEÇÃO DOS INDÍGENAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES das autoras Bruna Balesteiro Garcia , Daniela Mesquita Leutchuk de Cademartori e Camila Da Silva Ribeiro traz reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990 que representa o marco legal da proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil e fruto de um processo democrático envolvendo sociedade civil e instituições públicas. No entanto, sua aplicação junto a crianças e adolescentes indígenas exige atenção a normas culturais, costumes e à autonomia dessas comunidades, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. Este artigo analisa a interface entre o pluralismo jurídico e as normas culturais indígenas, refletindo sobre seus impactos na efetivação dos direitos dessa população. Para tanto, realiza-se uma revisão integrativa de três dissertações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, selecionadas por meio de busca ativa com os descritores “Direito da Criança e do Adolescente”, “Índigena” e “Doutrina da Proteção”, no período de 2011 a 2022, em Programas de Pós-graduação em Direito. As pesquisas apontam que, apesar dos avanços proporcionados pelo ECA e pela Constituição de 1988, ainda persistem desafios na incorporação da diversidade cultural no ordenamento jurídico brasileiro. Conclui-se que a Doutrina da Proteção Integral precisa ser ampliada para articular direitos universais à valorização das especificidades socioculturais indígenas, promovendo uma proteção verdadeiramente plural.

POVO MAPUCHE E ESTADO CHILENO: ANÁLISE DAS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DA REALIDADE SOCIOCULTURAL, HISTÓRICA E JURÍDICA das autoras Adriana Biller Aparicio e Yasmim Melaré trata da relação entre o Povo Mapuche e o Estado chileno em seus aspectos históricos, socioculturais e jurídicos tendo como recorte as

territorial ainda não está resolvida e as tentativas de diálogo são poucas frutíferas uma vez que persistem as práticas persecutórias à mobilização social.

O artigo intitulado **POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS: REGIMES JURÍDICOS, O CASO DOS GERAIZEIROS E AS AMEAÇAS AMBIENTAIS E CLIMÁTICAS** com autoria de Levon do Nascimento , Marcia Sant Ana Lima Barreto e Sébastien Kiwonghi Bizawu discorre sobre as relações entre o regime jurídico estabelecido pelo Estado brasileiro e os regimes jurídicos específicos ou atribuídos pelo Estado, quando ausentes ou não identificados nos grupos destinatários, das comunidades de povos originários e de povos tradicionais. Assinala-se a falta de clareza legal/normativa sobre a classificação e identificação de povos tribais/povos tradicionais na legislação do país, em descompasso com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o país é signatário. Destaca-se o papel inclusivo estabelecido pela Constituição de 1988, que estatuiu os direitos dos povos originários e dos quilombolas. Aborda-se o conceito de governança, aplicado às esferas pública e privada, no que tange às legislações referentes aos povos originários e aos povos tradicionais na contemporaneidade, inclusive em outros países, e também dos geraizeiros, no Norte de Minas Gerais. A metodologia utilizada foi a da revisão crítica da literatura disponível. Propõe-se contribuir com o alargamento da compreensão jurídica dos direitos ambientais e sociais dos povos originários e comunidades tradicionais do Brasil.

Prosseguindo, **RACISMO AMBIENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL SOB A ÓTICA DO DECOLONIALISMO** das autoras Priscila Farias dos Reis Alencar , Andrezza Leticia Oliveira Tundis Ramos Luana Caroline Nascimento Damasceno analisa como o colonialismo europeu estabeleceu hierarquias raciais e sistemas econômicos que marginalizaram populações não europeias, perpetuando em desigualdades ambientais até os dias atuais. A colonialidade influencia as relações políticas, sociais, culturais e territoriais, resultando em impactos ecológicos diferenciados entre os diversos grupos raciais. Neste contexto, emerge a seguinte problemática de pesquisa: de que maneira

por uma perspectiva decolonial, visando promover justiça social, econômica e ecológica. Em decorrência disso, conclui-se que a incorporação de princípios de economia circular e a implementação de educação ambiental são ações essenciais para desconstruir a lógica colonial e assegurar um futuro mais sustentável e equitativo para todas as populações vulneráveis que habitam o Brasil.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE - A CAPACIDADE DAS TRADIÇÕES DE SE ADAPTAREM E SOBREVIVEREM POR MEIO DE PROCESSOS DE RACIONALIZAÇÃO com autoria de Anderson Filipini Ribeiro Lisandra Bruna Da Silva Porto , Ana Elisa Silva Fernandes Vieira reflete acerca da relação entre tradição e modernidade, analisando como as culturas se adaptam às pressões da racionalização. Embora frequentemente consideradas opostas, ambas dialogam dinamicamente, permitindo a ressignificação de costumes. O objetivo foi compreender como as tradições são reinterpretadas para atender às demandas da sociedade moderna e identificar os mecanismos que garantem sua continuidade. Os resultados indicaram que a modernidade não eliminou as tradições, mas proporcionou novos significados e espaços para sua atuação. Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a relação entre tradição e modernidade, explorando como as tradições se adaptam aos processos de racionalização característicos do mundo contemporâneo. Fundamentado em autores como Max Weber, Edward Shils e Anthony Giddens, o estudo argumenta que as tradições não são meros resquícios do passado, mas práticas dinâmicas, passíveis de ressignificação e integração em novos contextos sociais, políticos e culturais. A racionalização é analisada não como um processo exclusivamente disruptivo, mas como um agente de reorganização que favorece a continuidade das tradições sob formas institucionalmente reformuladas. Por meio de uma abordagem qualitativa e teórico-conceitual, o trabalho evidencia que valores e práticas tradicionais permanecem ativos na sociedade moderna, ainda que ajustados às exigências de funcionalidade, eficiência e legitimidade. As tradições, nesse contexto, mantêm sua relevância ao reforçar vínculos sociais e sustentar identidades coletivas, oferecendo sentido de permanência em meio às rápidas transformações sociais. Conclui-se que tradição e modernidade não são opostas, mas

negra, e o direito fraterno e a comunidade negra. Será examinado quem são os sujeitos de cidadania e subcidadania em nosso país através de um contexto histórico no qual se coloca a população negra e suas peculiaridades, como a sociedade percebe a comunidade negra, e a forma como é tratada essa população em determinados espaços. Busca-se problematizar a abolição “formal” do escravagismo no Brasil, visto que após a assinatura da Lei Áurea em 1888 não houve a implementação de qualquer política pública destinada a comunidade negra liberta, refletindo assim, na determinação dos sujeitos considerados cidadãos e dos considerados subcidadãos. Procura-se explorar a busca da cidadania da população negra que sempre foi discriminada pelos sistemas de opressão decorrentes dos quase 400 (quatrocentos) anos de processo de escravidão no Estado brasileiro. E um dos caminhos para a busca dessa cidadania é por meio da metateoria do direito fraterno estudada pelo professor italiano Eligio Resta.

Excelente leitura.

Inverno de 2025.

Thais Janaina Wenczenovicz/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
/UNOESC

Leonel Severo Rocha/UNISINOS

Wellington Oliveira de Souza dos Anjos Costa/USP

A PROBLEMÁTICA DA DOMINAÇÃO DA MÍDIA SOBRE A POPULAÇÃO E SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

THE PROBLEM OF MEDIA DOMINATION OVER THE POPULATION AND ITS POSSIBLE SOLUTIONS

**Anderson Filipini Ribeiro
Lisandra Bruna Da Silva Porto
José Alexandre Ricciardi Sbizzera**

Resumo

O texto aborda a influência dominante da mídia na sociedade contemporânea, destacando como os meios de comunicação exercem controle sobre a população por meio da manipulação da informação. Essa dominação ocorre pela concentração midiática nas mãos de poucos grupos econômicos, que moldam a opinião pública de acordo com seus próprios interesses. A mídia, nesse contexto, age como um instrumento de poder, afetando diretamente a formação do pensamento crítico e limitando o acesso a diferentes visões de mundo. Os autores destacam que a manipulação midiática se dá por meio da seleção de conteúdos, da repetição de discursos hegemônicos e da omissão de informações relevantes, o que contribui para a alienação da população. Esse cenário é agravado pela falta de educação midiática e pela passividade dos cidadãos diante das mensagens veiculadas. Como possíveis soluções, o texto propõe a democratização da mídia, com a criação de mecanismos de regulação que evitem a concentração de poder nas mãos de poucos. Sugere também a valorização da mídia alternativa, que possa oferecer perspectivas diferentes daquelas impostas pelos grandes conglomerados. Além disso, enfatiza a importância da educação crítica desde a base escolar, capacitando os indivíduos a interpretar e questionar o conteúdo midiático. Assim, o texto defende que a superação da dominação midiática passa por uma conscientização coletiva e por políticas públicas que promovam o pluralismo, a diversidade de vozes e o fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Dominação midiática, Manipulação da informação, Concentração da mídia, Educação crítica, Mídia alternativa

aggravated by the lack of media education and the passivity of citizens in the face of the messages conveyed. As possible solutions, the text proposes the democratization of the media, with the creation of regulatory mechanisms that avoid the concentration of power in the hands of a few. It also suggests valuing alternative media, which can offer perspectives different from those imposed by large conglomerates. In addition, it emphasizes the importance of critical education from the school base, empowering individuals to interpret and question media content. Thus, the text argues that overcoming media domination requires collective awareness and public policies that promote pluralism, diversity of voices and the strengthening of citizenship.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Media domination, Manipulation of information, Media concentration, Critical education, Alternative media

INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, os meios de comunicação de massa ocupam um papel central na mediação das relações sociais e na construção das narrativas que moldam o imaginário coletivo. Mais do que veículos informativos, os conglomerados midiáticos se consolidaram como agentes influentes na formação da opinião pública, exercendo poder simbólico e ideológico sobre amplas parcelas da população. Essa influência, embora muitas vezes sutil, é capaz de direcionar percepções, condutas e até decisões políticas, configurando um cenário em que a autonomia crítica dos indivíduos é progressivamente reduzida.

Essa concentração de poder comunicacional levanta questionamentos urgentes sobre os limites entre informar e manipular. A mídia, ao pautar o que deve ser visto, debatido ou silenciado, assume uma função que ultrapassa o entretenimento ou o jornalismo — ela interfere diretamente nas dinâmicas democráticas e na construção do senso comum. Compreender os mecanismos dessa dominação é essencial para enfrentar seus efeitos mais nocivos, como a homogeneização do pensamento, a alienação social e o enfraquecimento do debate público plural.

Neste contexto, o presente artigo propõe uma reflexão crítica acerca da dominação exercida pela mídia sobre a população, analisando suas causas estruturais e os impactos socioculturais que dela decorrem. Ao mesmo tempo, busca apontar caminhos possíveis para romper com essa lógica concentradora, por meio do incentivo à educação midiática, da valorização da diversidade comunicacional e do fortalecimento de iniciativas alternativas que promovam a democratização da informação.

A problemática da dominação da mídia sobre a população é um tema relevante e controverso, que tem suscitado debates e estudos em diversas áreas do conhecimento. A influência da mídia na sociedade é algo inegável, e a relevância de seu estudo nos dias atuais, envolve a análise do papel central que a mídia desempenha na disseminação de informações, na formação de opinião e na influência cultural. Além disso, é importante considerar o contexto histórico e tecnológico que tem contribuído para o aumento do poder midiático e para a construção de narrativas que moldam a percepção coletiva. A compreensão da importância da mídia na formação da opinião pública é fundamental para entendermos o impacto que ela exerce sobre a população e seus comportamentos.

A mídia é composta por uma ampla gama de meios de comunicação de massa, incluindo jornais impressos, revistas, rádio, televisão e internet. Cada um desses diversos canais desempenha um papel fundamental na sociedade moderna, pois não só têm a responsabilidade de fornecer informações aos indivíduos, mas também de cativar e exercer uma influência marcante sobre a população em geral (Tesseroli; Pimentel, 2020)

A importância e relevância do estudo sobre a problemática da dominação da mídia sobre a população e suas possíveis soluções residem no impacto significativo que a mídia exerce nas percepções, comportamentos e opiniões da sociedade. A compreensão da extensão dessa influência é crucial para entender como a mídia molda a visão de mundo e pode até mesmo influenciar decisões políticas e sociais. Nesse contexto, ao estudar esse tema, o presente artigo busca identificar estratégias para enfrentar o domínio midiático e promover uma conscientização crítica sobre a forma como a mídia opera e seus efeitos na sociedade, analisar os efeitos da dominação midiática, os tipos de controle midiático, a identificação de estratégias de manipulação da informação, tudo isto, proporcionam insights relevantes para a compreensão dos impactos e para o desenvolvimento de contrapontos e resistência frente a essa dominação.

A mídia exerce um papel central na formação da opinião pública e na construção da realidade social contemporânea. Seu poder vai além da simples transmissão de informações, influenciando diretamente comportamentos, decisões e percepções coletivas. Em uma era marcada pelo avanço tecnológico e pela rápida disseminação de conteúdos digitais, os meios de comunicação assumem uma função estratégica tanto para o entretenimento quanto para a modelagem do pensamento social. No entanto, essa influência, quando exercida de maneira concentrada por grandes conglomerados midiáticos, pode se tornar uma ferramenta de dominação e manipulação ideológica, reduzindo a capacidade crítica da população e comprometendo o exercício pleno da cidadania.

Diante desse cenário, torna-se fundamental problematizar os mecanismos pelos quais a mídia exerce sua hegemonia, refletindo sobre os interesses que orientam suas narrativas e os impactos que essa dominação pode gerar nas estruturas sociais e políticas. Este artigo propõe-se a analisar criticamente os efeitos dessa influência midiática sobre a população, identificando suas raízes históricas, seus desdobramentos contemporâneos e, principalmente, apontando possíveis caminhos para a superação dessa lógica de controle simbólico, a partir de práticas educativas, regulamentações democráticas e o fortalecimento de mídias alternativas.

DESENVOLVIMENTO

A história da mídia é marcada por uma enorme evolução de diferentes formas de comunicação ao longo do tempo, desde os primórdios da imprensa escrita até a era da mídia digital e da internet. Essas transformações têm desempenhado um papel fundamental na sociedade, influenciando a maneira como nos comunicamos e nos comportamos.

A história da mídia remonta à invenção da imprensa gutenberiana no século XV, que revolucionou a transmissão de informações e o acesso ao conhecimento. Ao longo dos séculos, a evolução tecnológica possibilitou o surgimento de novas formas de comunicação, como o telégrafo, o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet. Cada uma dessas inovações teve um impacto significativo na sociedade, alterando a maneira como as pessoas se informam, se relacionam e consomem conteúdo (Schmitt, 2021).

Da imprensa gutenberiana à era digital, a mídia passou por uma transformação radical. Enquanto a prensa de tipos móveis permitiu a produção em massa de livros e panfletos, a era digital inaugurou uma nova era de comunicação instantânea e global. Com o surgimento da internet, as notícias são disseminadas em tempo real, as redes sociais permitem a interação em escala global, e o consumo de mídia se tornou mais personalizado e on-demand. Essa transição trouxe desafios e oportunidades para a sociedade, redefinindo o papel e a influência da mídia no mundo contemporâneo (Albuquerque, 2022).

A mídia exerce uma influência significativa sobre a população, moldando percepções e comportamentos. Através de seus diversos meios, a mídia desempenha um papel crucial na formação da opinião pública e na disseminação de informações. Sua capacidade de influenciar atitudes, crenças e comportamentos é amplamente reconhecida, tornando-se uma força poderosa na sociedade moderna (Barros; Morais, 2024).

Essa influência abrange vários aspectos, desde a formação de opiniões públicas até a moldagem das tendências culturais e comportamentais. Como uma força poderosa, os diferentes meios realizam um trabalho crucial ao proporcionar tanto entretenimento quanto educação, garantindo uma troca rica de informações e ideias entre as pessoas. Em um mundo cada vez mais conectado, a mídia tem o poder de conectar comunidades inteiras e transmitir mensagens que capturam a atenção e o interesse do público de maneiras únicas e memoráveis. Assim, fica evidente que a mídia desempenha um papel vital nas sociedades modernas, deixando sua marca indelével na civilização contemporânea (Silva; Valente, 2024).

A mídia desempenha um papel crucial na formação da opinião pública, uma vez que assume a responsabilidade de apresentar e debater intensivamente os diversos fatos e acontecimentos que estão em curso em todo o mundo. Por meio de uma seleção criteriosa e ampla disseminação das informações, a mídia é capaz de modelar a percepção do público em relação a temas específicos, exercendo uma influência direta nas decisões, atitudes e crenças da população em geral. Acredita-se que esse poder de influência, atribuído à mídia, é um fator relevante para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que as pessoas tendem a basear suas opiniões a partir das informações que lhes são transmitidas através dos diversos meios de comunicação disponíveis.

O impacto da mídia em questões sociais é definitivamente evidente na forma como determinados temas são abordados e difundidos de maneira ampla para a população, influenciando profundamente as percepções coletivas. A cobertura midiática, de fato, pode ter um papel crucial em influenciar a percepção pública acerca de uma variedade de problemas sociais, moldando a opinião e as atitudes das pessoas de maneira significativa. Por exemplo, a maneira como a mídia retrata questões como desigualdade de gênero, violência, pobreza e outras questões sociais pode ter um grande impacto na forma como a sociedade entende e, conseqüentemente, responde a esses problemas que afetam a vida de muitos cidadãos e a convivência em comunidade (Cavagnolli; Machado, 2024).

Além disso, a mídia tem a capacidade de dar voz a diferentes grupos sociais, ampliando o debate e a conscientização sobre questões que são relevantes e urgentes para a sociedade, estimulando o diálogo e a reflexão. Contudo, é de suma importância considerar como a abordagem midiática pode, em alguns casos, perpetuar estereótipos e preconceitos enraizados, reforçando desigualdades e distorções na percepção da realidade, ao invés de promover uma visão mais justa e inclusiva que favoreça a equidade e a paz social. Por isso, é essencial que tanto os profissionais da comunicação quanto o público em geral estejam atentos à forma como as informações são apresentadas e consumidas.

A manipulação da informação é uma prática extremamente comum na indústria da mídia, e, ao longo dos anos, várias técnicas sofisticadas têm sido utilizadas com o intuito de influenciar a percepção do público. O campo da manipulação midiática é vasto, abrangendo inúmeras estratégias e artifícios para moldar a opinião das pessoas.

Uma das técnicas mais comumente empregadas é a seleção seletiva de notícias. Nesse método, apenas as informações que sustentam um determinado ponto de vista são divulgadas, enquanto dados que contradizem essa perspectiva são descartados ou ignorados. Essa prática cria uma narrativa tendenciosa, construída exclusivamente para favorecer determinados interesses ou agendas específicas.

Consideramos que a proliferação das desinformações científicas tem múltiplas razões e, no tocante à formação científica, estas podem estar associados a aspectos da não compreensão dos usuários sobre a natureza da ciência e da construção do conhecimento científico, em que visões distorcidas dessas naturezas são alimentadas nos discursos de ataque à credibilidade da ciência. Estes discursos não são construídos em uma única declaração, uma única interação ou em um único dia, mas sim são processos que se constroem gradualmente. Ao nosso ver, as vozes mais influentes e com maior projeção dentro das comunidades possuem o entendimento de que estão construindo um discurso negacionista na tentativa de guiar a opinião pública (Pivaro; Girotto Jr, 2022).

Esta é outra técnica de manipulação da informação estratégia é a superexposição de certos temas ou personalidades. Ao direcionar constantemente a atenção do público para assuntos específicos, a mídia pode influenciar quais questões são consideradas importantes ou relevantes. Dessa forma, assuntos cruciais podem ser negligenciados, enquanto outros são intensamente explorados, distorcendo a percepção do público (Pivaro; Girotto Jr, 2022).

A linguagem utilizada também desempenha um papel fundamental na manipulação da informação. O uso de termos carregados emocionalmente ou palavras com conotações negativas ou positivas pode influenciar o modo como um determinado evento ou pessoa é percebido. Ademais, a maneira como uma história é construída e apresentada ao público também pode influenciar a forma como ela é interpretada.

Outro recurso frequentemente utilizado é a omissão de fatos relevantes. Ao selecionar os aspectos da informação a serem apresentados, a mídia pode omitir dados importantes que poderiam alterar a perspectiva do público. Essa manipulação sutil pode influenciar profundamente a compreensão e a opinião das pessoas sobre determinado assunto. Portanto, é de extrema importância que o público esteja ciente dessas técnicas para ser capaz de discernir e analisar criticamente as informações que recebem. A habilidade de identificar a manipulação midiática é essencial para uma sociedade bem informada e capaz de tomar decisões embasadas.

Existem diversos tipos de controle midiático que influenciam de forma significativa a maneira como a informação é disseminada e recebida pela população em geral. Entre os diversos tipos de controle midiático que podemos identificar, destacam-se, por exemplo, o controle estatal, no qual o governo por meio de um sistema complexo e multifacetado detém a capacidade de exercer uma influência significativa e extremamente abrangente sobre as empresas de comunicação. Essa influência se estende a todos os veículos de informação que estão disponíveis para a população; não apenas influencia a maneira como as notícias são divulgadas, mas também afeta o que é considerado notícia e, em última análise, a narrativa predominante que chega ao público.

Tal controle pode impactar de diversas formas a liberdade de imprensa e o acesso à informação, criando um ambiente no qual a pluralidade de vozes e opiniões pode ser restringida; o controle econômico, que se manifesta de forma intensa, onde grandes corporações e conglomerados de mídia, com seu imenso poder e influência, ditam as pautas jornalísticas essenciais que são veiculadas de maneira estratégica, sempre alinhadas com seus interesses financeiros, interesses esses que frequentemente são distorcidos e não refletem a realidade objetiva do que realmente ocorre ao nosso redor.

Além disso, existe também o controle ideológico, que se apresenta como um fenômeno mais sutil e insidioso, onde determinadas visões de mundo e narrativas específicas são disseminadas de forma metódica e astuta nos meios de comunicação, moldando assim a percepção pública e influenciando de forma poderosa a maneira como as pessoas pensam, reagem e agem em sociedade; criando um cenário em que muitos podem não perceber como suas opiniões e crenças estão sendo moldadas por essas forças e, por fim, o controle social que é um conceito que leva em consideração os padrões, normas e valores predominantes da sociedade em geral, a fim de filtrar de maneira eficaz as informações que são divulgadas, consumidas e debatidas em diferentes contextos e cenários diversos.

Compreender a fundo esses diferentes tipos de controle midiático que atuam em várias esferas da sociedade é absolutamente essencial e imprescindível. Essa compreensão não é meramente uma questão teórica, mas representa uma necessidade prática, fundamental para que possamos buscar e encontrar soluções criativas que amplifiquem a diversidade de vozes, opiniões e perspectivas no vasto e dinâmico cenário midiático contemporâneo. O cenário da mídia atual é repleto de desafios, e é por isso que, além de ser um aspecto crucial para a inovação e a inclusão,

o controle social também atua como um meio para garantir que, dessa maneira, haja uma discussão mais equilibrada, justa e representativa para todos os cidadãos envolvidos nesse complexo e vital processo de comunicação.

Afinal, no mundo em que vivemos, onde a informação circula rapidamente e em grandes volumes, a pluralidade de informações deve ser um direito garantido a todos, assegurando que diferentes segmentos da sociedade possam participar ativamente e com igualdade nas conversas que moldam nossos ambientes sociais e culturais.

A análise de campanhas midiáticas é essencial para compreender de maneira abrangente o impacto significativo que a mídia exerce na sociedade contemporânea. Ao examinar uma variedade de campanhas publicitárias, políticas ou de conscientização social, é possível identificar as diversas estratégias de persuasão que são utilizadas por esses meios de comunicação, bem como os grupos sociais específicos que são alvos dessas campanhas. Além dos métodos de persuasão, a análise se concentra nos temas abordados, que podem variar amplamente, e no potencial que essas campanhas têm para influenciar a opinião pública em diferentes contextos (Barros; Moraes, 2024).

Ademais, essa análise não se limita a identificar as mensagens aparentes; ela também permite desvendar possíveis vies e manipulações que podem estar presentes na mensagem transmitida ao público. Isso é crucial para entender o poder que a mídia tem de moldar percepções e comportamentos sociais em larga escala. Por meio de estudos de caso bem elaborados, é possível exemplificar como as campanhas midiáticas têm a capacidade de reforçar estereótipos que perpetuam preconceitos, mas, ao mesmo tempo, também podem promover valores positivos e facilitar transformações sociais benéficas. Portanto, a análise minuciosa de campanhas midiáticas se torna fundamental para uma compreensão mais profunda da complexa relação que existe entre a mídia e a população, além de permitir a identificação de possíveis formas de regulação e contrapropaganda que possam ser necessárias para equilibrar essa dinâmica.

Para enfrentar a crescente e muitas vezes sufocante dominação da mídia sobre a população, uma possível e poderosa solução é a regulação, juntamente com a legislação da mídia, que possa garantir a diversidade de opiniões e também impedir o monopólio das grandes corporações que dominam o cenário informativo atual. Além disso, a educação voltada para a mídia, assim como o desenvolvimento do pensamento crítico, são alternativas extremamente

importantes para capacitar as pessoas a consumir informações de uma forma mais consciente e questionadora.

A promoção da mídia alternativa e comunitária, que, por sua vez, oferece voz a grupos sub-representados e que se propõe a desconstruir narrativas hegemônicas, também pode ser uma solução bastante eficaz para diluir a dominação midiática e oferecer uma pluralidade de perspectivas.

Por fim, é fundamental investir em tecnologias e inovações na comunicação, como redes descentralizadas e criptografadas, que podem proporcionar alternativas valiosas para a disseminação de informações que sejam livres de manipulação e controle, garantindo assim um espaço mais democrático e diversificado para todos.

A regulação e legislação da mídia são extremamente fundamentais e essenciais para garantir um ambiente de comunicação mais equilibrado e que efetivamente respeite e proteja os interesses da população. Isso envolve a criação, implementação e aplicação rigorosa de leis que estabeleçam limites claros para a concentração de propriedade dos meios de comunicação, visando a evitar monopólios e oligopólios que possam comprometer a diversidade de opiniões e perspectivas.

Sim, existe regulação da mídia no Brasil e isso é tão antigo quanto o telégrafo, antes mesmo do Brasil República. No Brasil imperial existiam decretos que regulavam as comunicações e já na década de 1930 tivemos as primeiras e principais regulações da radiodifusão (rádio e televisão). E na década de 1960, o Código Brasileiro de Telecomunicações, que apesar de anacrônico está em vigor até hoje, e ao longo das décadas, dezenas de leis foram feitas e regularam a comunicação de forma desordenada. Tivemos a Lei do Cabo, Lei das Rádios Comunitárias, a criação do Conselho de Comunicação Social, a lei que disciplina a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão, a lei que cria a Empresa Brasil de Comunicação e institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública. [...] A regulação da mídia pode e deve ser feita em diferentes camadas e todas elas são importantes. Não dá para escolher se vamos fazer uma regulação econômica ou de conteúdo. As duas formas de regular são importantes e fundamentais para que a mídia funcione de forma ética e democrática (Martins, 2021).

Também é importante enfatizar que a discussão sobre regulação envolve a garantia de um operador de mídia público, como ocorre na maioria dos países mencionados anteriormente. Não é coerente regular a mídia e ignorar o problema do monopólio da mídia comercial, por exemplo. Não se justifica a ausência de uma regulação que promova a democracia ao ampliar a diversidade

de vozes e conteúdos. Essa regulação deve envolver uma diversificação dos modelos de negócios das emissoras, garantindo a coexistência de mídias públicas (em toda a sua diversidade).

Além disso, a regulação deve também garantir a pluralidade de vozes, promovendo a diversidade no ecossistema da comunicação e proibindo de maneira eficaz a disseminação de informações falsas ou tendenciosas, que podem impactar negativamente a opinião pública. É de extrema importância que as leis de comunicação promovam a liberdade de expressão de todos os cidadãos, mas também, de maneira equilibrada, protejam o direito à informação da população, criando assim um ambiente muito mais saudável, inclusivo e democrático para a atuação da mídia e a circulação de ideias.

A regulação da mídia é crucial para garantir a diversidade e a qualidade da informação disponibilizada à população, bem como para evitar a concentração excessiva de poder nas mãos de poucos grupos. As políticas públicas relacionadas à comunicação e mídia devem buscar promover a liberdade de expressão, o acesso à informação e a pluralidade de vozes, além de garantir a transparência e a accountability das empresas de comunicação.

É importante que as legislações sobre comunicação e mídia estejam alinhadas com os princípios democráticos e atentas aos desafios trazidos pelas novas tecnologias e formas de disseminação da informação.

As legislações sobre comunicação e mídia variam de acordo com cada país, porém em geral buscam estabelecer regras para garantir a diversidade e a competição no setor, assim como para promover a qualidade da informação veiculada. Questões como o controle da propriedade dos meios de comunicação, a proteção da liberdade de expressão, a regulação da publicidade e a promoção de conteúdos nacionais costumam estar presentes nesse tipo de legislação. É fundamental que tais leis sejam constantemente revisadas e atualizadas, levando em consideração as transformações do cenário midiático e as demandas da sociedade.

A educação para a mídia e o desenvolvimento do pensamento crítico é uma das soluções mais eficazes para combater a crescente dominação e influência da mídia sobre a população em geral, um fenômeno que, infelizmente, tem se intensificado nos dias de hoje. Isso envolve a implementação de programas educacionais abrangentes que ensinem as pessoas de todas as idades, desde jovens até adultos, a analisar, interpretar e criticar as mensagens midiáticas de maneira consciente e reflexiva, permitindo que se tornem consumidores mais críticos e informados.

Além disso, é fundamental promover a alfabetização midiática desde os primeiros anos de vida, para que as crianças possam desenvolver habilidades essenciais que lhes permitam não apenas compreender, mas também questionar as intenções ocultas e as estratégias utilizadas por trás das mensagens que são veiculadas nas diversas plataformas de comunicação. Somente assim, elas estarão efetivamente capacitadas a abordar com cuidado e discernimento a veracidade das informações apresentadas, contribuindo para uma sociedade mais bem informada e crítica.

O processo de formação continuada permite aos educadores expandirem seus conhecimentos, adquirirem novas habilidades e atualizarem suas práticas pedagógicas de acordo com as demandas e mudanças da sociedade contemporânea. Além disso, a formação continuada também promove a reflexão e o aprimoramento constante do trabalho dos professores, elevando a qualidade da educação básica como um todo.

É através desse processo de aprendizagem contínua que os educadores podem se manter alinhados com as novas tecnologias (Silva, 2024).

Nesse cenário, investir na formação contínua de professores, que são agentes fundamentais nesse processo, e promover a disponibilização de recursos didáticos diversificados e atualizados são medidas essenciais que devem ser adotadas para garantir a promoção eficaz da educação para a mídia e o pensamento crítico em nossas escolas e comunidades, ampliando o alcance e a eficácia dessas iniciativas em um contexto cada vez mais digital e mediático.

Isso demonstrar que iniciativas de educação voltadas para a mídia e o desenvolvimento do pensamento crítico têm se mostrado fundamentais para empoderar a população em relação ao consumo de informação, promovendo a reflexão, o debate e a análise crítica de conteúdos midiáticos que muitas vezes são apresentados de forma tendenciosa.

A mídia alternativa e comunitária tem se mostrado uma ferramenta crucial de resistência e contraposição à dominação da mídia tradicional. Através de veículos independentes, como rádios, jornais comunitários e sites voltados para a coletividade, a população consegue acessar uma diversidade de informações e opiniões que frequentemente ficam de fora da pauta da mídia hegemônica. Essa capacidade de expressão é fundamental para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Barros; Moraes, 2024).

Além do mais, a mídia alternativa desempenha um papel vital ao dar voz a grupos historicamente marginalizados, promovendo um jornalismo que é não apenas mais engajado, mas também crítico em relação às narrativas dominantes.

É imprescindível, porém, que haja um fortalecimento institucional e financeiro para esses veículos de comunicação, pois somente assim será possível garantir a pluralidade de vozes e, por

consequente, a democratização da informação. A busca por apoio e reconhecimento é essencial para maximizar o impacto e a relevância da mídia alternativa na transformação social.

As experiências de resistência e contramídia têm sido observadas em diversas partes do mundo, onde grupos e movimentos organizados buscam criar suas próprias plataformas de comunicação independente, conseguindo assim, fugir do controle das grandes corporações midiáticas que predominam no cenário informativo atual (Teixeira, 2022).

Além do mais, a formação de coletivos de comunicação alternativa e comunitária tem sido uma estratégia eficaz e inovadora para possibilitar que vozes marginalizadas consigam se fazer ouvir de maneira mais impactante, permitindo, assim, a produção e difusão de conteúdos que não encontram espaço ou reconhecimento na mídia hegemônica tradicional.

Essas experiências e iniciativas oferecem exemplos concretos e inspiradores de como a resistência e a contramídia podem contribuir significativamente para a democratização do acesso à informação, além de promover a pluralidade de opiniões e de representações na sociedade contemporânea.

Nesse cenário, as mídias alternativas e independentes surgem como contraponto à dominação midiática, oferecendo espaços de divulgação para vozes e perspectivas que não encontram espaço na mídia tradicional. Com o advento da internet, surgiram diversas plataformas e veículos independentes que buscam oferecer uma cobertura de notícias e conteúdos mais diversificada e crítica, muitas vezes fugindo do viés comercial e político da mídia convencional. Essas mídias desafiam o monopólio da informação, ampliando as possibilidades de acesso à diversidade de opiniões e informações, contribuindo para um cenário midiático mais plural e democrático.

No contexto atual, as tecnologias modernas têm desempenhado um papel absolutamente crucial na comunicação, oferecendo novas e inovadoras formas de acesso à vasta gama de informações e à produção diversificada de conteúdo. As plataformas digitais, as redes sociais e os aplicativos móveis têm permitido que tanto indivíduos quanto grupos compartilhem notícias e opiniões de maneira muito mais ampla e instantânea, o que tem favorecido a redução da dependência da mídia tradicional, que já dominou por tanto tempo.

As plataformas digitais e iniciativas de comunicação desempenham papel fundamental na promoção da liberdade de expressão responsável. Políticas claras, ferramentas de moderação

eficazes e recursos para denúncias são essenciais para combater o discurso de ódio e criar um ambiente virtual seguro e inclusivo (Belentani *et al.*, 2024).

Além disso, a crescente popularização de diferentes ferramentas dedicadas à verificação de fatos e conteúdos em tempo real tem contribuído significativamente para aumentar a transparência e a credibilidade das informações que estão sendo veiculadas.

A inovação tecnológica também tem impulsionado, de forma contundente, o surgimento de novos formatos de mídia, como podcasts, vídeos ao vivo e a realidade aumentada, proporcionando alternativas altamente atrativas de entretenimento e educação que desafiam os modelos tradicionais de comunicação que costumavam ser a norma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível concluir que a dominação da mídia sobre a população é um fenômeno complexo e multifacetado, que abrange desde a concentração de propriedade dos meios de comunicação até as estratégias de manipulação da informação. Além disso, os efeitos da dominação midiática na sociedade são notáveis, influenciando a formação de opinião pública e a padronização cultural. Portanto, torna-se imprescindível a adoção de medidas de resistência e contrapontos à dominação midiática, como a mídia alternativa e comunitária, bem como a implementação de políticas públicas eficazes e a regulação assertiva da comunicação e mídia.

Ao longo deste estudo, foram abordados temas relevantes que evidenciam a influência da mídia sobre a população, tais como a história da mídia e seu papel na sociedade, as técnicas de manipulação da informação, os tipos de controle midiáticos, possíveis soluções e alternativas, bem como a regulação e políticas públicas. A análise desses tópicos permitiu compreender a importância de se investigar a fundo a relação entre mídia e sociedade, visando a construção de uma visão crítica e consciente sobre o tema.

Com o avanço contínuo e acelerado da tecnologia, é altamente provável que novos modelos de negócio e financiamento inovadores surjam no vasto setor da mídia. Isso possibilitará uma maior diversidade e uma bem-vinda democratização do acesso à informação, permitindo que mais vozes sejam ouvidas. Além disso, a tendência crescente indica que haverá um aumento significativo no uso de plataformas digitais e redes sociais como principais fontes de informação. Esse fenômeno pode impactar profundamente a forma como a população consome, interage e se engaja com a mídia atualmente. Novas tendências nesse cenário também apontam para a personalização e segmentação de conteúdos de modo mais detalhado, bem como para o

fortalecimento e a valorização da mídia independente e comunitária. Isso pode influir consideravelmente nas estratégias tradicionais de dominação da mídia sobre a população, exigindo que sejam adotadas novas abordagens e práticas para regulação e controle desse importante setor.

É importante explorar novos modelos de negócio e financiamento para a mídia, como a diversificação de fontes de receita, parcerias estratégicas e uso de tecnologias inovadoras. Isso pode incluir a implementação de assinaturas digitais, publicidade direcionada e eventos patrocinados. Além disso, a busca por financiamento coletivo, a criação de fundações e o apoio de organizações sem fins lucrativos podem ser alternativas viáveis para reduzir a dependência de grandes anunciantes e garantir a independência editorial. No entanto, é fundamental encontrar um equilíbrio entre a busca por lucro e a preservação da qualidade jornalística, a fim de garantir a confiabilidade da informação e a manutenção da integridade editorial.

Diante da problemática da dominação da mídia sobre a população, é possível concluir que a influência da mídia na sociedade é significativa, podendo moldar o pensamento e comportamento das pessoas. As técnicas de manipulação da informação e os tipos de controle midiático evidenciam a necessidade de buscar soluções e alternativas para mitigar esse impacto. Medidas como a regulação e legislação da mídia, a educação para a mídia e o pensamento crítico, a promoção da mídia alternativa e comunitária, bem como o desenvolvimento de tecnologias e inovações na comunicação, surgem como caminhos possíveis para minimizar a dominação midiática. Estudos de caso e exemplos práticos reforçam a importância de se analisar o impacto da mídia em questões sociais, bem como as experiências de resistência e contramídia.

Diante da complexidade do tema, é fundamental que futuras pesquisas aprofundem a compreensão sobre a dominação da mídia sobre a população e suas implicações, explorando novas abordagens teóricas e metodológicas. Além disso, é essencial investigar de forma mais aprofundada os efeitos das mídias alternativas e independentes como contraponto à dominação midiática, assim como analisar o papel das legislações e políticas públicas na regulação da comunicação. Dessa forma, novos estudos poderão contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes de resistência e para a promoção de uma comunicação mais plural e democrática.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, L. F. “Direito autoral: o crime de pirataria na era digital.” 2022. TCC (Graduação em Direito) - **Faculdade Raimundo Marinho**, Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho de Penedo, Alagoas, 2022. Disponível em: <https://raimundomarinho.edu.br/rdta/files/original/c61e52c3e2070fa672cf5f88cca389a571e006d8.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BARROS, A.; MORAIS, E. P. “Violência urbana naturalizada: O papel da mídia na construção social”. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, abr. 2024. DOI: [10.5281/zenodo.11069875](https://doi.org/10.5281/zenodo.11069875). Acesso em: 09 jan. 2025.

CAVAGNOLLI, R.; MACHADO, E. "A influência da mídia na percepção de segurança pública: análise crítica e impactos sociais." **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação 10.9 (2024): 2184-2194. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i9.15648>. Acesso em: 11 jan. 2025.

MARTINS, M. “Entenda por que a discussão sobre regulação da mídia sempre volta: A falta de regulação gera e perpetua a concentração dos meios de comunicação e garantem a manutenção de monopólios.” **Brasil de Fato**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/artigo-entenda-por-que-a-discussao-sobre-regulacao-da-midia-sempre-volta>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MORAIS, A. F. "Mineração extrativista na região de Santa Bárbara e mídia alternativa: considerações sobre a Revista Quadrilátero." **Universidade Federal de Ouro Preto**, Mariana, 2024. Disponível em: [monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7016/3/MONOGRAFIA_MineraçãoExtrativistaRegião.pdf](https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7016/3/MONOGRAFIA_Minera%C3%A7%C3%A3oExtrativistaRegi%C3%A3o.pdf) . Acesso em: 12 jan. 2025.

PIVARO, G. F.; GIROTTO JR, G. “Qual ciência é negada nas redes sociais? Reflexões de uma pesquisa etnográfica em uma comunidade virtual negacionista.” **Investigações em Ensino de Ciências**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 435–458, 2022. DOI: [10.22600/1518-8795.ienci2022v27n1p435](https://doi.org/10.22600/1518-8795.ienci2022v27n1p435). Disponível em: <https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/2785>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SCHMITT, J. “As revoluções das mídias: As transformações da era digital à luz do surgimento da imprensa.” **Revistas da USP**, São Paulo, v. 15, n.1, p. 317-321, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p317-321> . Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, E. B.; VALENTE, V. C. P. N. “A influência das mídias sociais na comunicação empresarial moderna.” **Revista Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 5, p. 01-24. 2024. DOI: [10.54033/cadpedv21n5-098](https://doi.org/10.54033/cadpedv21n5-098) . Acesso em: 15 jan. 2025.

SILVA, L. F. "A formação continuada de professores da educação básica no Brasil: realidades e necessidades." **Revista OWL (OWL Journal)**, Campina Grande, 2024. Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação 2.1 (2024): 212-224. DOI: [10.5281/zenodo.10602721](https://doi.org/10.5281/zenodo.10602721). Acesso em: 19 jan. 2025.

TEIXEIRA, L. M. "Ativismo em Rede: Crítica das Mídias Alternativas à Atual Política de Brasil, Espanha e Portugal." **Universidade do Minho**, Braga, 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/77937>. Acesso em: 20 jan. 2025.

TESSEROLI, R. G.; PIMENTEL, P. C. "No que você está pensando? apontamentos sobre opinião pública nas redes sociais digitais." **Organicom**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 51-63, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2020.170172> . Acesso em: 25 jan. 2025.